



2.2.4 • A comunicação mundializada • Sistemas de representação na actualidade

Pistas para pensar as relações entre *media* e terrorismos

João Manuel Rocha

JÁ ESTEVE PERTO, pode não vir longe, o dia em que um atacante isolado, ou um grupo terrorista, decida transmitir ao vivo imagens captadas do seu ponto de vista. A tecnologia que o permite existe e a violência extremista nunca deixou de recorrer aos dispositivos mediáticos disponíveis, como escreveu o jornalista Jason Burke, do diário *The Guardian*. No caso de isso ocorrer, a decisão que teremos de tomar é se queremos ver essas imagens, disse também. Para os *media* noticiosos, a questão será reproduzi-las, ou não.

Algo de semelhante esteve para acontecer em Março de 2012. Mohamed Merah, jovem francês com ligações a um grupo associado à Al-Qaeda, filmou com uma câmara GoPro presa ao coleto à prova de bala sete crimes que cometeu ao longo de duas semanas. Horas antes de ser morto num tiroteio com a polícia esteve no seu apartamento de Toulouse a editar um vídeo de vinte e quatro minutos com imagens da preparação, das mortes e das suas fugas de mota. Chegou a dizer a uma jornalista do canal France 24 que as imagens iam ser “colocadas online”.

Jason Burke, um dos mais atentos observadores do extremismo islâmico, contou que já com a polícia a cercar o prédio onde vivia, Mohamed aproveitou uma brecha na segurança e enviou as imagens por correio, numa *pen*, para a Al-Jazira. A estação não as divulgou, por entender que nada acrescentavam ao que já era do domínio público e porque violavam o seu código de ética.

Os assassinos que em Novembro de 2015 e em Março de 2016 deixaram um rasto de sangue em Paris e em Bruxelas não levavam consigo câmaras. A mensagem foram as cerca de 130 pessoas mortas e as mais de três centenas de feridos, no primeiro caso; as mais de três dezenas de mortos e cerca de três centenas de feridos, no segundo. E essa mensagem trazia associada uma outra, subjacente, a do combate a um modo de vida: qualquer um, a qualquer momento, em qualquer lugar, café, restaurante, sala de espectáculos, transporte público, pode ser um alvo. O resto, a cobertura mediática, e a amplificação do medo, dimensão indissociável das estratégias terroristas, viria necessariamente por si.

A discussão sobre a relação entre o terrorismo e os *media* noticiosos é recorrente, regressa sempre que ocorrem novos episódios de grande impacto. Parece consensual que ataques com motivações políticas deliberadamente contra civis sejam ‘arrumados’ na categoria terrorismo. Mas não é fácil chegar a uma definição. Talvez porque tenhamos de falar não de terrorismo, mas de terrorismos, com motivações, propósitos e *modus operandi* diversos, que chegam à forma extrema do ataque suicida. Como categorizar actos como o de Anders Breivik, que em 2011 e agindo apa-

rentemente de modo isolado matou setenta e sete pessoas na Noruega?

Num trabalho sobre a palavra *terrorista*, José Maria Tortosa destaca a natureza polissémica do substantivo e a sua aplicação por políticos e *media* a realidades muito heterogêneas, que vão além dos estereótipos que, por estes dias, quase sugerem como sinónimos *terrorismo* e *islão*, ignorando que muitas das vítimas do extremismo islâmico são muçulmanas e perdem a vida em países muçulmanos. E que há outros terrorismos activos. O *think tank* New America Foundation (2016) tem matizado a questão, pelo menos no que aos Estados Unidos diz respeito: desde o 11 de Setembro e até final de 2015, o terrorismo de extrema-direita fez mais mortos no país do que os ataques jihadistas.

“

Os dicionários ajudam a tentar chegar a uma definição de terrorismo, mas as respostas que dão são insuficientes.

”

Não faltam na história exemplos de ‘guerrilheiros’, ‘rebeldes’ ou ‘revolucionários’, designados de *terroristas* pelo poder que combatem e que mais tarde se tornam ‘estadistas’. Basta pensar nos membros dos movimentos independentistas das ex-colónias portuguesas ou em Nelson Mandela – um ‘terrorista’ para o regime do *apartheid*. Para uma mesma realidade, dependendo do lugar político onde se situa quem qualifica, o mesmo alguém pode ser ‘terrorista’ ou ‘libertador’. A inclusão ou retirada deste ou daquele grupo em listas de organizações terroristas de Estados ou organizações internacionais deve-se também, frequentemente, mais a razões geoestratégicas do que à natureza das suas práticas.

Qualquer reflexão sobre terrorismo deve ter em conta que ele tem uma finalidade política, de imposição de uma ‘ordem’ ou pelo menos de combate à ‘ordem’ existente. Mesmo quando aparece com carimbo religioso. E que o seu êxito está dependente da mediatização. Não menos importante do que o efeito material das acções em si é – e há muito isso é reconhecido – a amplificação que lhes é dada por serem noticiadas. Os dicionários ajudam a tentar chegar a uma definição de terrorismo, mas as respostas que dão são insuficientes. O da Academia das Ciências de Lisboa propõe “sistema de governo que visa impor a sua autoridade pela violência, pelo terror” – o que se aplicaria a lideranças, incluindo de Estados, que assentem a sua governação no terror ou em

medidas violentas. Uma segunda leitura sugerida é a de que o terrorismo consiste na “prática de actos de violência, de atentados contra pessoas e bens executados por um movimento clandestino em luta contra o poder estabelecido”. O seu objectivo seria “gerar a insegurança e o medo”. Finalmente, terceira proposta, o terrorismo é apresentado como um “tipo de guerra subversiva que visa coagir, impor alguma coisa”.

As definições enunciadas não se limitam a considerar como terrorismo actos anti-sistema, mas estão longe de abarcar a complexidade do fenómeno. Na primeira edição do clássico *Political Terrorism*, que escreveu com Albert J. Jongman, Alex P. Schmid recenseou mais de uma centena de definições (2005:1). Quase três décadas depois mantinha os esforços para compreender o terrorismo.

Logo na introdução de *The Routledge Handbook of Terrorism Research* (2011), Schmid cita Ajai Sahni, director executivo do Institute for Conflict Management, de Nova Deli, disse que, no essencial, o terrorismo “nada mais é do que um método que pode ser adoptado por uma ampla variedade de ideologias e por uma igual ampla variedade de objectivos”. Mais à frente lembra a posição de Walter Laqueur, para quem terrorismo é demasiado heterogêneo como fenómeno político para ser explicado por uma única teoria geral. Cabe acrescentar que o advento das redes sociais trouxe novidades que tornam ainda mais difícil uma definição abrangente e que a forma de actuar dos terrorismos se transforma e se ajusta aos tempos e às formas de organização de sociedade.

O mundo está a falar de nós

Podem encontrar-se antecedentes históricos do terrorismo moderno remontando aos romanos, como faz Tortosa, ou mesmo aos gregos. Mais comum é a invocação do regime de terror da Revolução Francesa em que se destacou Robespierre. Mas é sobretudo no século XIX que o terrorismo se vulgariza como arma política.

A frequente dificuldade em traçar fronteiras entre terrorismo e outras formas de violência política, associada à conduta tendencialmente objectiva que a informação jornalística reclama para si, explica em boa medida a contenção no uso da palavra *terrorismo*. A BBC, por exemplo, alerta para o “uso descuidado” de palavras que conduzem a “juízos emocionais ou de valor” e considera que a utilização do termo “terrorista” pode ser mais obstáculo do que ajuda à compreensão de um acontecimento (2007: 124), o que põe em causa a imparcialidade dos órgãos de informação que, frequentemente são, ou podem ser, vistos como ‘aliados’ pelos autores de violência política e a repetição de casos acaba por produzir um

MEDIA: DE ALVOS A “ALIADOS”

Nem sempre os órgãos de informação são ou foram vistos como ‘aliados’ pelos autores de violência política. O caso da organização separatista basca ETA confirma-o. Entre os seus alvos de dezenas de anos estiveram jornalistas e órgãos de comunicação que considerava “encarnação da repressão cultural e ideológica” (Domínguez, 1999: 113).

É mais comum, contudo, e foi há muito percebida por movimentos de natureza bem diversa, a importância da visibilidade da violência política. Abane Ramdane, destacado dirigente da Frente de Libertação Nacional, organização argelina que combateu a presença colonial francesa, percebeu-o claramente e disse-o em 1956: “É preferível para a nossa causa matar dez inimigos no leito seco de um rio de Telerma onde ninguém vai falar disso”, ou “um único homem em Argel, que será notado no dia seguinte pela imprensa americana?” (*apud* Hoffman, 2006: 58).

George Habash, fundador da Frente Popular para a Libertação da Palestina, rival de Yasser Arafat, da Organização de Libertação da Palestina, leu da mesma forma a importância da mediatização numa entrevista de 1970: “Quando sequestramos um avião isso tem mais efeito do que se matarmos uma centena de israelitas em combate (...) Ao longo de décadas a opinião mundial não tem sido nem contra nem a favor dos palestinianos (...) Simplesmente ignorou-nos. Pelo menos o mundo está a falar de nós” (*idem*: 66).

Se ao tempo de Ramdane uma morte em Argel podia atrair a atenção dos média noticiosos internacionais, se permanece válido o princípio da importância da publicidade, não é certo que um morto em Argel, num ataque politicamente motivado, fosse hoje notícia, a menos que a vítima fosse figura pública.

efeito de ocultação, pelo menos relativa. Quem se lembrará que a 6 de Março de 2016 uma explosão atribuída ao autoproclamado Estado Islâmico matou quarenta e sete pessoas perto de Hilla, a Sul de Bagdad? Para que um acto terrorista sobressaia no fluxo ininterrupto da informação global – assegurando visibilidade aos actos, mas também audiências, o que não pode ser esquecido quando se pensam as relações entre média e terrorismo – parece ser necessário que os alvos sejam metrópoles como Nova Iorque, Madrid, Londres, Paris ou Bruxelas ou então alcancem grande amplitude ou espectacularidade. Foi o que aconteceu em 2014 quando um grupo taliban atacou uma escola de filhos de militares, em Peshawar, e matou mais de 140 pessoas, a maioria crianças e adolescentes entre os doze e os dezasseis anos de idade. “Mesmo num país habituado há anos a acordar com notícias de ataques sangrentos em mercados, mesquitas, igrejas e escolas”, o massacre “foi particularmente chocante”, escreveu o diário *Público* (Martins, 2014). Com actos de horror como os das capitais francesas e belga, ou os do Paquistão, o terrorismo pretenderia – ou os terrorismo pretenderiam – “criar um estado psicológico de medo para compensar a ausência de poder político legítimo”, afirma Michael Burleigh (2008: ix). No caso da capital francesa, as ondas de choque propagaram-se e levaram à paralisia de Bruxelas, uma semana após os ataques de Paris. O anúncio de que poderiam repetir-se na capital belga ataques semelhantes, como acabou por ocorrer quatro meses depois, ‘congelou’ o quotidiano – uma meia vitória do terrorismo, que conseguiu no imediato perturbar o quotidiano e instalar o medo; e no médio prazo condicionar políticas, o que vai acontecendo em diferentes geografias, em nome da necessidade de segurança.

Estado digital

A revolução digital alterou o modo de actuação de grupos extremistas. A tradicional dependência absoluta que organizações políticas clandestinas e grupos terroristas tinham dos média noticiosos ficou para trás. Está distante o tempo em que

Osama Bin Laden fazia chegar as suas mensagens por correio à Al-Jazira, o mesmo Bin Laden que conseguiu chamar a atenção global com os ataques às Torres Gémeas – momento de viragem no terrorismo moderno internacional.

A divulgação de vídeos dos assassinios do Estado Islâmico é bem a prova do aproveitamento das potencialidades das novas tecnologias para produzir e disseminar mensagens e imagens, falar directamente com aqueles a quem os terroristas se queiram dirigir e mostrar o que queiram exibir, nos termos em que o pretendam fazer, sem mediação jornalística que filtre a mensagem e procure distinguir actos de motivações e propósitos.

Jason Burke identifica como momento de viragem a decapitação do norte-americano Nicholas Berg, em Maio de 2004. Em vez de serem enviadas para uma televisão, as imagens foram divulgadas no *site* da Tawhid e Jihad, antecessora do grupo islamista, dirigida por Abu Musab al-Zarqawi, à época identificado como chefe operacional da Al-Qaeda no Iraque.

Mas foi o autoproclamado Estado Islâmico, liderado por Abu Bakr al-Baghdadi a partir de 2010, organização que se afirmou no terreno, no Iraque e da Síria, o primeiro grupo extremista a explorar plenamente o potencial da revolução digital. As novas tecnologias permitem que as mensagens possam ser divulgadas na íntegra e cheguem a vastas audiências sem edição – ainda que os média tradicionais mantenham uma capacidade de amplificação paralela e adicional, difundindo informação editada. Por outro lado, a capacidade agregadora das redes sociais revelou-se um instrumento que facilita a propaganda, o recrutamento, a difusão de orientações, que cria comunidades à distância, como observa Castells (Fernandes, 2016).

As redes sociais servem assim para tecer a malha de ligações pouco formais, uma das expressões do jihadismo islâmico, pois a Al-Qaeda assumiu-se como uma rede. A morte de catorze pessoas em San Bernardino, Califórnia, em Dezembro de 2015, por um casal que terá jurado fidelidade ao Estado Islâmico via Facebook, parece confirmar uma função aglutinadora das redes sociais

facilitadora da criação de uma espécie de rede de *franchising* aparentemente espontâneo do terrorismo.

Nas guerras não se dá voz nem trunfos ao inimigo, mas como compatibilizar a necessidade de informação das sociedades contemporâneas com a não divulgação de mensagens que favoreçam o terrorismo? Em Novembro de 2015 quando Bruxelas se viu paralisada, alguns dos principais jornais concordaram com as autoridades e suspenderam temporariamente a cobertura de acções policiais, não revelando onde decorriam. A reflexão sobre modos de noticiar o terrorismo ganha nova pertinência num contexto de instantaneidade da informação e multiplicação de emissores. Sabendo-se que as estratégias terroristas precisam da mediatização, poderia surgir a tentativa de impor um impossível silêncio sobre actos dessa natureza. Mas o contraponto teria efeitos não menos nocivos: a desinformação, o rumor e igualmente medo, como há muito observou Richard Clutterbuck (1995: 17). ■

Referências

- British Broadcasting Corporation, BBC (2007), *Directrices editoriales, valores y criterios de la BBC*, Madrid, Asociación de la Prensa de Madrid (tradução autorizada), disponível em http://www.bbc.co.uk/spanish/specials/150_valores/pdf/valores_bbc_todo.pdf.
- Burke, J. (2016), How the changing media is changing terrorism, *The Guardian*, (25 Fev.), disponível em <http://www.theguardian.com/world/2016/feb/25/how-changing-media-changing-terrorism>.
- Burleigh, M. (2008), *Blood and rage: a cultural history of terrorism*, London, Harper Press.
- Clutterbuck, R. (1985), *Los medios de comunicación y la violencia política*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra.
- Domínguez, F. (1999), Los medios ante el terrorismo de ETA, In Rodríguez Andrés, R. & Sáclaba Garrza, T. (eds) *Periodistas ante conflictos*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, pp. 111-117.
- Fernandes, J. M. & Castells, M. (2016), Combate ao terrorismo não passa pelas redes sociais, *XXI Ter Opinião*, n°6, (Jan-Jun), Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp.155-156.
- Hoffman, B. (2006), *Inside Terrorism*, New York, Columbia University Press.
- Martins, A. (2014), Taliban matam mais de 140 pessoas, a maioria crianças e adolescentes, *Público*, (17 Dez.), pp. 24-25.
- New America Foundation (2015), Deadly Attacks Since 9/11, disponível em <http://securitydata.newamerica.net/extremists/deadly-attacks.html>.
- Schmid, A. P. & Jongman, A. J. (2005), *A new guide to actors, authors, concepts, data bases, theories, and literature*, New York, Transaction Publishers.
- Schmid, A. P. (ed), (2011), *The Routledge handbook of terrorism research*, New York Routledge.
- Tortosa, J. M. *La palabra terrorista*, Alicante, Universidad de Alicante, disponível em <http://www.seipaz.org/2005tortosa.htm>.